

Renamo acusa Governo pela demora nas conversações

5.2.92

por Tomás Vieira Márlo, enviado da AIM

A Renamo atribui ao Governo moçambicano a responsabilidade pela demora na conclusão dos debates que as duas partes prosseguem em Roma, visando o estabelecimento dos princípios da futura lei eleitoral do país.

Num comunicado emitido segunda-feira, e datado da base central de Gorongosa, a Renamo acusa o Governo de "incapacidade de negociar", razão pela qual a delegação governamental estaria a depender de respostas de Maputo, que chegam a Roma "dois a três dias" após a Renamo ter apresentado as suas propostas.

"É por isso que as conversações muitas vezes são descritas como diálogos e as culpas sempre atribuídas à Renamo como se estivesse a exigir coisas impossíveis", acrescenta o comunicado do "gabinete" do Presidente da Renamo, Afonso

Dlhakama.

Confirmando os pontos considerados por alguns observadores como dos mais controversos neste momento em debate, o comunicado refere que o Governo deve negociar com a Renamo "emendas ou revisão da Constituição e aceitar que todos os outros partidos tenham os mesmos direitos" que os do Partido Frelimo, no poder.

Neste dois pontos, a Renamo refere-se às suas propostas segundo as quais o Parlamento a sair das primeiras eleições multipartidárias, deve ter como primeira prioridade a revisão da Constituição e que a

Comissão Nacional das Eleições deve integrar também a Renamo e os demais partidos concorrentes.

No que se refere à primeira proposta, o Governo considera que uma cláusula naqueles termos resultaria, na prática, na criação de uma Assembleia Constituinte, do que resultaria um "injustificável" vazio legal. Adianta ainda o Governo que, "de resto, um Parlamento é um órgão com poderes de soberania" que deve por si próprio determinar a sua agenda e prioridades.

A Renamo, para que essa revisão constitucional deverá ocorrer antes mesmo da tomada de posse do novo Governo, contra-argumenta que a Constituição vigente foi aprovada por um Parlamento monopartidário.

Quanto à composição da Comissão Nacional das Eleições, o Governo contra-argumenta que este órgão é designado pelo Governo sendo que a vigilância nas mesas de voto pelos demais partidos políticos efectuar-se-ia através de delegados nas assembleias de voto.

Em declarações à AIM em Roma, na semana passada, o chefe da delegação da Renamo, Raul Domingos, dizia que a posição do Governo constitui norma "praticamente universal", não seria aceite para o caso de Moçambique, onde as eleições vão surgir em resultado de "uma guerra muito prolongada".

Considerando que o comunicado da Renamo surge depois dos mediadores terem entregue, no sábado, um documento sintetizando os debates das primeiras sessões plenárias, fica evidente a permanência de consideráveis divergências em torno de questões de princípio.

Entretanto, nenhuma das partes arrisca considerar, já a hipótese de uma interrupção iminente das discussões, que prosseguem em Roma.